

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 51 0 430/51 7 84

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
26 – 30 de Janeiro de 2009
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/479 (XIV)

RELATÓRIO DA COMISSÃO REFERENTE À
CONFERÊNCIA MINISTERIAL SOBRE REFUGIADOS,
REPATRIADOS E DESLOCADOS
INTERNOS EM ÁFRICA

10-11 DE NOVEMBRO DE 2008, ADIS ABEBA, ETIÓPIA

**RELATÓRIO DA COMISSÃO REFERENTE À CONFERÊNCIA MINISTERIAL
SOBRE REFUGIADOS, REPATRIADOS E DESLOCADOS
INTERNOS EM ÁFRICA**

10-11 DE NOVEMBRO DE 2008, ADIS ABEBA, ETIÓPIA

ANTECEDENTES

1. A Conferência dos Ministros responsáveis pelos Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos realizada em Ouagadougou em Junho de 2006, recomendou a realização de uma reunião do Conselho de Ministros da UA sobre os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos de dois em dois anos, bem como a realização da 1ª Cimeira Especial sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África.

2. Esta foi seguida pela adopção pelo Conselho Executivo, em Julho de 2006, em Banjul, Gâmbia, da Decisão EX.CL.Dec.289 (IX), que solicita a “Comissão a iniciar as preparações para a realização de uma Cimeira Especial de Chefes de Estado e de Governo sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em 2008, em consulta com os principais parceiros do Comité de Coordenação dos Serviços de Protecção e Assistência aos Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos”. Esta Decisão foi ainda reforçada pela decisão EX.CL.Dec.319 (X), adoptada pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2007, em Adis Abeba, Etiópia, onde solicitaram o “Subcomité do PRC para os Refugiados e a Comissão a trabalhar em estreita ligação com os parceiros da UA na planificação e preparação da Cimeira Especial sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África.”

INTRODUÇÃO

3. Neste contexto, uma reunião dos Ministros Africanos responsáveis por Questões de Deslocamento Forçado em África foi realizada no dia 10 e 11 de Novembro de 2008, na Sede da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, em preparação para a Cimeira Especial sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África. Esta reunião foi precedida por uma reunião de Peritos dos Estados Membros sobre questões de deslocamento forçado em África que teve lugar de 5 a 7 de Novembro de 2008 e por uma reunião de Peritos Jurídicos dos Estados Membros que teve lugar no dia 9 de Novembro de 2008, que tinham o objectivo de avaliar a Convenção da UA sobre a Protecção e Assistência aos Deslocados Internos em África. As reuniões contaram com a participação dos Ministros responsáveis por questões de deslocamento forçado, de Peritos e outros funcionários seniores de 43 Estados Membros. Estavam presentes também Representantes da ECOWAS, IGAD, SADC, Agências das

Nações Unidas, Organizações Internacionais, várias ONGs Africanas, e um grupo de Peritos independentes como Oradores.

4. A reunião avaliou e considerou as seguintes questões:
- Os resultados da Declaração de Ouagadougou de 2006 sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos;
 - O documento da Conferência abarcando os seguintes temas:
 - Prevenção dos deslocamentos forçados;
 - Protecção efectiva das vítimas dos deslocamentos forçados;
 - Satisfação das necessidades específicas das mulheres e crianças deslocadas;
 - Satisfação das necessidades específicas dos deslocados vítimas de desastres naturais;
 - Reconstrução das comunidades afectadas que emergem de conflitos e desastres naturais; e
 - Promoção de parcerias para tratar da questão de deslocamentos forçados em África.

ELEIÇÃO DA MESA

5. Durante a Reunião dos Ministros os seguintes Membros da Mesa foram eleitos:

Presidente:	Uganda
1º Vice-presidente:	Gabão
2º Vice-presidente:	República Árabe Sarauí Democrática
3º Vice-presidente:	Nigéria
Relator:	Namíbia

RESULTADOS DA REUNIÃO

Relativamente à Análise dos Resultados da Declaração de Ouagadougou de 2006

6. A reunião salientou a importância da Declaração, mas enfatizou a necessidade de actualizar o quadro sobre o ponto de situação da sua

implementação bem como de identificar os desafios que necessitam ainda de ser resolvidos.

Relativamente à Prevenção dos Deslocamentos Forçados

7. A reunião levantou especificamente a questão da governação, salientando que a má governação e a não observância da democracia pode colocar em risco os esforços no sentido de abordar outras causas dos deslocamentos forçados. Neste sentido, notou-se que os Estados Membros precisam de ratificar a Carta Africana da Democracia e de cumprir com os instrumentos internacionais relevantes dos direitos humanos e as leis humanitárias internacionais. A reunião notou também a importância de abordar as causas imediatas dos deslocamentos forçados, tais como as calamidades naturais e as alterações climáticas, destacando a necessidade de desenvolvimento de estratégias de prevenção de calamidades bem como de sistemas de pré-aviso.

Relativamente à protecção efectiva das vítimas de deslocamentos forçados

8. Enfatizou-se a importância do estabelecimento de assentamentos e de campos de refugiados a distâncias internacionalmente acordadas das fronteiras comuns dos países de acolhimento e de origem. Além disso, a reunião anotou também que o país acolhedor deve assegurar que os refugiados não se envolvam em qualquer tipo de actividades subversivas que possam afectar as relações entre Estados. Foi realçada ainda a necessidade de tomar medidas adequadas no sentido de manter o carácter humanitário e civil dos campos de refugiados e deslocados. Foi salientada a importância da existência de um quadro jurídico eficaz para a protecção das vítimas dos deslocamentos forçados. Neste contexto, foi sublinhado o acesso, pelas populações deslocadas, aos serviços sociais básicos, tais como a educação, saúde, água, emprego e alojamento como essenciais à uma protecção efectiva.

9. Em relação a soluções duráveis, a reunião reiterou o repatriamento voluntário como a solução durável mais preferida. A integração local foi realçada como uma outra solução, incluindo a atribuição de cidadania a refugiados em situação prolongada onde possível, bem como a importância do estabelecimento de campos de reassentamento dentro de África para refugiados.

Relativamente à Satisfação das Necessidades Específicas de Mulheres e Crianças Deslocadas

10. A reunião notou com preocupação as condições das mulheres e crianças particularmente em situações de conflito e afirmaram que isto requer uma resposta urgente. As mulheres e as crianças são vulneráveis à situações degradantes e desumanas de violência sexual e exploração. A reunião notou

que o abuso das mulheres e de crianças constituía um caso concreto de impunidade. Notou-se também com preocupação que em algumas situações, os trabalhadores humanitários e aqueles que devem proteger as populações vulneráveis, têm eles próprios praticado abusos. Em relação ao recrutamento militar forçado de crianças, como “crianças –soldado”, a reunião apelou em particular ao cumprimento dos Instrumentos Internacionais relevantes assim como à criação de vontade política para enfrentar a impunidade. Ao abordar a situação difícil das mulheres e das crianças, a reunião apelou para o desenvolvimento de programas de empoderamento e fortalecimento do bem-estar e auto-dependência das mulheres.

Relativamente à Satisfação das Necessidades Específicas de Vítimas Deslocadas por Desastres Naturais

11. A reunião sublinhou a necessidade de desenvolvimento institucional e identificação de potenciais riscos. Os participantes enfatizaram também políticas, estruturas jurídicas e institucionais eficazes para a protecção das vítimas de calamidades naturais a nível nacional. Foi enfatizada também a necessidade de se levar a cabo uma avaliação ambiental geral das consequências do acolhimento de refugiados e de deslocados internos. A reunião notou a importância do aviso prévio, dos planos de contingência e da mitigação, bem como da necessidade do reforço das capacidades de intervenções a nível regional e continental, incluindo a alocação orçamental a nível nacional e a criação de um fundo de emergência da UA.

Relativamente à Reconstrução de Comunidades Afectadas que Emergem de Conflitos e Desastres Naturais

12. A reunião reconheceu o quadro de política da UA sobre o PRCD adoptado em Junho de 2006, em Banjul, Gâmbia, e salientou a necessidade da sua implementação. A reunião realçou também a necessidade de criação de estruturas a nível nacional para supervisionar a reconstrução, e de coordenação com os vários intervenientes dentro do país bem como com os parceiros regionais e internacionais.

Relativamente à Promoção de Parcerias na Abordagem dos Deslocamentos Forçados em África

13. A reunião apelou para mais apoio internacional na implementação de programas de assistência de pessoas deslocadas bem como de recuperação e reconstrução das áreas que sofreram um grande impacto por causa do número elevado de populações deslocadas. A reunião salientou que nenhuma agência seria capaz de realizar a reconstrução sozinha, daí a necessidade de coordenação entre os parceiros locais e internacionais. Foi salientada também a

importância da reforma humanitária, com atenção particular para a recuperação, com vista a gerir a transição desde a fase de emergência até a fase de reconstrução.

Informe do Representante do Grupo Africano para Questões Humanitárias

14. S. Ex.^a O Sr. Guy Alain Emmanuel Ganze, Embaixador da Côte d'Ivoire e Coordenador do Grupo Africano para Questões Humanitárias em Genebra, discursou na reunião em nome do Grupo Africano em Genebra e fez uma apresentação breve sobre o resultado da 6^a Sessão da Reunião do Comité Executivo da ACNUR. Ele informou à reunião que o Grupo Africano em Genebra continua envolvido com a questão do deslocamento forçado no Continente e que adoptaram a Resolução A/Res/63 da Assembleia Geral da ONU sobre a Assistência aos Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África que acompanha o relatório anual do Secretário Geral da ONU sobre os Refugiados e Deslocados Internos. A resolução aprecia a Decisão da União Africana que convoca uma Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África e felicita o processo de elaboração de um projecto de Convenção da UA sobre a Protecção e Assistência a Deslocados Internos em África.” Ele afirmou que durante a 59^a Sessão do Comité Executivo que teve lugar em Outubro de 2008, o Grupo realçou a gravidade do problema do deslocamento forçado em África. O Embaixador concluiu felicitando a União Africana/UNHCR, o Governo da República do Uganda e a outros parceiros pela realização de eventos à margem da Cimeira Especial e acrescentou que o Grupo Africano continuará a mobilizar apoio para o seu sucesso.

15. Durante as reflexões sobre a apresentação dos procedimentos da 49^a Sessão da EXCOM, as distintas delegações avaliaram o relatório geral e salientaram a necessidade de sinergias futuras entre o que acontece em Genebra e na União Africana para que esta tenha impacto. A reunião notou o apelo feito pela União Africana, Uganda e decisão colectiva do Grupo Africano em Genebra de mobilizar recursos para convocar uma Cimeira bem sucedida e para a implementação dos seus resultados. Para este propósito, a reunião agradeceu o apoio moral e financeiro directo da ACNUR à União Africana na preparação da Cimeira.

CONCLUSÃO

16. Os Ministros adoptaram, com emendas, o seu Relatório e Recomendações bem como o Projecto de Convenção da UA sobre a Protecção e Assistência a Deslocados Internos em África. Avaliaram e endossaram também, com emendas, o projecto de Declaração para a Cimeira Especial sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África.

2009

Relatório Da Comissão Referente À Conferência Ministerial Sobre Refugiados, Repatriados E Deslocados Internos Em África 10-11 De Novembro De 2008, Adis Abeba, Etiópia

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3927>

Downloaded from African Union Common Repository